

FRG INSTITUI NOVA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O PLANO BD

Decisão precipitada do Conselho Deliberativo



Conseguimos nos livrar do Plano Especial, após 20 anos de luta. Mas agora a Fundação muda o cálculo atuarial e prevê um déficit majorado em R\$ 1 bilhão para 2016.

EDITORIAL: Novo desconto

Ralos que drenam a FRG

Fórum discute políticas públicas para o idoso

Golpes contra aposentados

Regional: Carmo do Rio Claro

A APÓS-FURNAS: também é associação das pensionistas

Dia do Aposentado

Recupere o Buraco Negro

Roberto Camacho – em permanente transformação

Ativos e Aposentados do Plano BD terão novo desconto no contracheque

O Conselho Deliberativo da Real Grandeza tomou, em reunião realizada em 15/02/16, uma precipitada e infeliz decisão que acarretará novo sacrifício aos Participantes e Assistidos, e também onera Patrocinadoras do Plano BD sem real necessidade, baseado apenas no medo e na insegurança transmitidos pelo novo atuário externo.

A Real Grandeza contratou recentemente um novo atuário externo, a Mercer, que adotou um novo critério para avaliação atuarial de 2015, critério esse que aumenta o déficit do ano em cerca de **um bilhão de reais**. Esse acréscimo decorre da inclusão no cálculo das Provisões Matemáticas de 31/12/15, do reajuste de janeiro/16 (INPC de 2015), o que não era considerado pelo atuário anterior, acumulando duas altas inflações anuais no mesmo exercício.

Não queremos entrar no mérito da correção ou não do novo critério, embora tenhamos muitas dúvidas. Entendemos que o momento é altamente inoportuno para uma mudança dessa magnitude, considerando as perdas de rentabilidade que o Plano BD já está tendo que suportar, da ordem de 1,4 bilhão de reais, em face do tenebroso momento econômico que atravessamos.

Lamentavelmente não foi isso que

entendeu a maioria do Conselho Deliberativo da Real Grandeza, que com os votos favoráveis dos três novos conselheiros indicados pelas patrocinadoras Furnas e Eletronuclear e do voto de um membro eleito, aprovou o cálculo com o novo critério. Votaram contrariamente os conselheiros eleitos Tania Vera Vicente e Nelson Bonifácio.

Cabe assinalar que a própria Diretoria Executiva da Real Grandeza tinha anteriormente decidido rejeitar, também, a proposta do novo atuário, com o voto dissonante apenas do Diretor de Investimento, que entendia que o novo critério deveria ser aplicado de imediato.

É lamentável que a maioria do novo Conselho Deliberativo tenha resolvido acatar açodadamente as recomendações de um atuário novato que, segundo ele próprio, não precisavam ser adotadas agora.

Como decorrência da decisão aqui relatada teremos, ativos, aposentados e patrocinadoras do Plano BD que realizar contribuições extraordinárias em percentual ainda não aprovado pelo Conselho Deliberativo, cujos descontos devem começar dentro de alguns meses. Vale lembrar que em 1995, num processo semelhante, também tivemos as contribuições majoradas

por conta de um déficit então apontado, contribuições essas que vigoraram por 20 anos e só em 2015 puderam ser revogadas.

A APÓS-FURNAS questiona se é sensato manter contratado um atuário externo que recomenda adotar novos critérios extremos em época de enormes dificuldades externas, sem demonstrar qualquer sensibilidade e equilíbrio, fazendo proposta que apenas lhe traz mais conforto próprio, uma vez que adota o critério de “valores no pico”, conforme ele mesmo denomina.

Será que em nova avaliação este novo atuário não irá surpreender a todos com novas medidas de “segurança”?

A APÓS-FURNAS também pergunta se não é o caso de fazer-se uma auditoria independente do valor efetivo das Provisões Matemáticas do Plano BD, uma vez que passou de 10,5 bilhões de reais em 31/12/2014 para mais de 13 bilhões de reais em 31/12/15.

Há algo de errado neste imbróglio?

A APÓS-FURNAS estará atenta a todo esse processo e estudando ações que possam mitigar as consequências de tão lamentável decisão.

Rio de Janeiro, fevereiro de 2016
A Diretoria



AGE 31/03
Vamos votar a
reforma estatutária

Associado de fora da cidade do Rio de Janeiro:
envie imediatamente seu voto pelo Correio.

Os aumentos salariais de Furnas e Eletronuclear pesando nos nossos bolsos



Quando uma empresa remunera bem os seus empregados todos devemos aplaudir, e é o que fazemos quando as patrocinadoras dos nossos fundos de pensão promovem os mais competentes dos seus quadros de pessoal e os premia com generosos aumentos salariais. Todavia, entendemos que quando a política salarial resulta em obrigações imprevistas para os fundos de pensão que patrocinam, as patrocinadoras têm obrigação de tomar medidas corretivas e arcar integralmente com a consequência de seus atos de gestão.

Como patrocinadoras do Plano de Benefício Definido – BD, Furnas e Eletronuclear têm que informar previamente a cada ano à Real Grandeza os índices de reajustes reais de salários que pretendem praticar. O objetivo dessa informação é permitir que sejam calculados os valores com que ativos e as próprias patrocinadoras deverão contribuir (contribuições normais) para constituir reservas suficientes para pagar os benefícios a conceder, ou seja, aqueles que os atuais ativos deverão auferir quando se aposentarem.

Furnas e Eletronuclear em anos recentes concederam aumentos salariais consideravelmente superiores aos informados, muitos dos seus empregados ao se aposentarem passaram a receber benefícios que não tiveram suficiente formação de reservas, o que acarreta um inevitável aumento de passivo.

Impacto no passivo dos aumentos salariais superiores aos informados (dados das Demonstrações Contábeis – Notas Explicativas)

Em 31/12/2009	R\$ 234 milhões
Em 31/12/2010	R\$ 126 milhões
Em 31/12/2012	R\$ 215 milhões
Em 31/12/2013	R\$ 10 milhões
Em 31/12/2014	R\$ 92 milhões

É fácil perceber que, se atualizarmos esses valores, teremos um elevado montante que durante todos esses anos consumiu o superávit que vinha sendo verificado. Num momento como o que atravessamos agora, uma vez que a avaliação atuarial do Plano BD deverá apontar um déficit de cerca de R\$ 1,9 bilhão para um passivo superior a R\$ 13 bilhões em 31/12/2015, a recuperação desses valores ao Plano BD, de exclusiva responsabilidade das patrocinadoras, é fundamental. Ressaltamos aqui que, o referido déficit ocorreu porque além de termos tido perdas consideráveis na rentabilidade dos investimentos em 2015, R\$ 1,4 bilhão, o passivo foi acrescido de R\$ 1 bilhão decorrente da alteração de critério de cálculo introduzida em 2015 pelo novo atuário da Real Grandeza, Mercer, critério esse e oportunidade de sua implantação que estão sendo fortemente questionados pela APÓS-FURNAS.

Por uma proposta de iniciativa dos conselheiros Tania Vera Vicente e Nelson Bonifácio, o Conselho Deliberativo da Real Grandeza, em 28/07/2014, deter-

minou, através da RC N° 001/310, que a Diretoria Executiva entabulasse negociações com as patrocinadoras com o objetivo de recuperar administrativamente os valores em causa. Decorridos quase dois anos, nenhum progresso foi obtido, embora a Eletronuclear tenha demonstrado intenção de ao menos estudar o assunto, solicitando o detalhamento da questão. Furnas, nada...

O fato é que, em razão do déficit a ser apurado em 2015, ativos e aposentados do Plano BD terão um novo desconto nos seus contracheques que deverá começar dentro de poucos meses. As patrocinadoras também terão que fazer contribuições extraordinárias. Se elas tivessem assumido os impactos que geraram, certamente não estaríamos na situação que nos encontramos agora, tendo que arcar com mais descontos para equacionar um déficit do plano.

Até 2014, o Plano BD vinha apresentando superávit, em grande parte devido a um excesso contributivo decorrente de contribuições absurdamente elevadas que eram impostas aos aposentados, aos ativos e até às patrocinadoras desde 1995. Em 2015, com a implantação de um novo plano de custeio, essa situação anômala acabou, não temos mais gordura para queimar, por isso a APÓS-FURNAS espera que a Real Grandeza cumpra com o seu dever de fidúcia e cobre das patrocinadoras mais energicamente os valores aqui apontados.

31/03 – Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária

AGE: aprovação da reforma estatutária. Os associados do município do Rio votam exclusivamente na Assembleia. Associados de outras cidades votam pelo Correio. Somente serão computados os votos que chegarem à APÓS-FURNAS até o dia 29/03. **AGO:** apresentação e aprovação das Contas de 2015 e do Orçamento para 2016. A partir de 9h, no Auditório de Furnas.

VII Encontro Nacional dos Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa



As associadas Delfina Simões e Isabel Bauer militam há anos em entidades de defesa dos direitos dos idosos. Delfina na ANG – Associação Nacional de Gerontologia, Seção Rio de Janeiro, e Isabel no CEDEPI – Conselho Estadual para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Rio de Janeiro, ambas entidades integrantes do Fórum Permanente da Política Nacional e Estadual do Idoso no Estado do Rio de Janeiro – PNEIRJ.

Em novembro de 2015, ambas estiveram no Acre para o VII Encontro Nacional dos Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, uma atividade que acontece após as reuniões dos fóruns estaduais. Participaram também deste encontro os fóruns do Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Paraná.

A abertura do evento ficou a cargo da Diretora do SESC daquele estado, Marizete Melo – entidade anfitriã do encontro –, e do coordenador do fórum local, o professor Luziel Carvalho. O foco da sua fala foi que se deve garantir junto ao poder público e à sociedade a manutenção de todos os direitos conquistados com o Estatuto do Idoso, e se possível ampliá-los. “Nenhum direito a menos”, foi o tema dessa abertura do encontro.

A Palestra Magna foi feita pela gerontóloga Maria Leitão Bessa, presidente da Associação Brasileira de Alzheimer, do Acre.

A Dra. Maria Leitão lembrou que a questão do envelhecimento só entrou na pauta internacional em 1982, por ocasião de uma Assembleia da ONU, em Viena, e que hoje há uma visão de “mercado” para tratar do idoso – tanto que a Gerente Geral do

FMI, Christine Lagarde disse recentemente que “os idosos vivem demais e isto é um risco para a economia global”.

As entidades de defesa da pessoa idosa têm o papel do controle democrático nas três instâncias do poder público, no entanto não vem cumprindo o seu papel. “Com a crise atual, as políticas governamentais são neoliberais e têm como princípio buscar sua adequação ao mercado”, afirmou.

Ela acredita que os governos deverão aumentar a idade para aposentadorias, atrelar o arrocho das pensões à expectativa de vida, cortar pensões, privatizar a seguridade e contratar seguradoras privadas e coberturas para o risco de as pessoas viverem mais do que o esperado. Por isso, medidas urgentes precisam ser tomadas.

O Brasil hoje tem mais de 26 milhões de idosos, e a população com mais de 80 anos, que requer mais cuidados, está aumentando. Por outro lado, 53% dos idosos contribuem com a renda das famílias.



Marizete Melo, do SESC-AC

“A questão da garantia de direitos da pessoa idosa na sociedade não é de legislação”, afirmou, “mas de efetivação por parte das organizações governamentais e da necessidade de politização e organização dos idosos”.

Para isso, se deve cobrar das autoridades as disciplinas de Geriatria e Gerontologia nas universidades, porque as doenças como Alzheimer, depressão e diabetes têm tido crescimento.



Dra. Maria Leitão Bessa

E falou ainda da Convenção Interamericana de Proteção dos Direitos da Pessoa Idosa, que o Brasil subscreveu em 15 de junho (Dia Internacional de Combate à Violência contra o Idoso), mas que tem que ser encaminhada ao congresso para virar Lei.

EMPODERAMENTO

Outras duas palestras foram proferidas no primeiro dia do encontro, abordando a defesa do Estatuto do Idoso à luz da Constituição Brasileira, pelo o advogado e ex-coordenador do Fórum do Acre, Ismael da Cunha Neto, e o Presidente da ASAPREV Bahia e especialista em previdência, Marcos Barroso de Oliveira.

O Estatuto do Idoso, no artigo 3º, diz que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Estatística da ONU mostra que a cada dois segundos, uma pessoa completa 60 anos. Nasce um idoso.

“Respeitar o idoso é, antes de tudo, tratar o futuro com dignidade”, afirmou o Dr. Barroso. “O que geralmente presenciamos o oposto”.

E falou sobre a necessidade de empoderar o idoso. Empoderado é o cidadão não tutelado, senhor de suas decisões.

“Não podemos deixar que o poder público tome decisões por nós. Construir juntos, participar, fiscalizar, esse é o papel do cidadão. E para que o mal triunfe, basta cruzarmos os braços”, finalizou.

OFICINAS E ATO PÚBLICO

No dia seguinte, houve oficinas variadas e a discussão do Regimento Interno do Fórum Nacional, e os coordenadores dos fóruns regionais apresentaram suas atividades ao longo do ano.

No último dia, foi realizado um ato público na Praça da Revolução, com a presença de autoridades, sindicatos, associações, ONGs, Lions, conselhos, entre outras lideranças, onde foram discutidas estratégias e propostas para políticas públicas em defesa dos idosos. Ao final, foi lida a Carta do Acre.

CARTA DO ACRE 2015

O VII Encontro Nacional dos Fóruns Permanentes da Sociedade Civil pelos Direitos da Pessoa Idosa, realizado no período de 17 a 19 de novembro de 2015, na cidade de Rio Branco-Acre, que evidencia nosso crescimento na Região Norte, com representantes de cinco fóruns credenciados além de participantes em geral, tendo como tema central **PESSOA IDOSA: nenhum direito a menos**, expressa suas discussões e deliberações mediante a aprovação da Carta do Acre.

As discussões do VII Encontro Nacional nos mostraram que somos um movimento social que se contrapõe ao discurso dominante, expresso pela cartilha do Banco Mundial, pelos representantes do Fundo Monetário Internacional, de viés neoliberal, voltados para os interesses do mercado, retirando, inclusive, direitos já conquistados através de muitas lutas. Querem nos fazer acreditar que o crescimento da população idosa vai levar a uma catástrofe social e financeira sendo apontadas como solução medidas imediatas, tais como o corte de pensões e aposentadorias, dentre outras, com previsão de ocorrências de conflitos intergeracionais.

Porém, a Plenária do Fórum

Nacional reunida em Rio Branco-Acre defende que nada garante que essas previsões se concretizarão. Consideramos o crescimento do quantitativo da pessoa idosa antes um fator de desenvolvimento para o país, um fator de equilíbrio.

Nossas aposentadorias, que inclusive, estão abaixo do devido, são o retorno de nossas contribuições durante anos de trabalho, cumprindo os cálculos programados.

Para nós é fundamental investir no emprego do capital social, ambiental e econômico que são relevantes para o empoderamento do capital humano. DIREITO é menos uma questão de legislação e mais de organização, mobilização e lutas.

Também acreditamos que a crise política, econômica e social não pode justificar mudanças que prejudiquem o trabalhador, como o avanço das terceirizações com a precarização do mundo do trabalho. Da mesma forma que não pode atingir o direito historicamente construído em torno da previdência social, prejudicando diretamente os direitos da pessoa idosa. Reafirmamos nosso compromisso de “nenhum direito a menos”.

Rio Branco,
18 de novembro de 2015

CARMO DO RIO CLARO PODE TER MAIS ASSOCIADOS



Carmo do Rio Claro-MG é uma das muitas cidades próximas à Usina de Furnas onde há aposentados associados da APÓS-FURNAS. Esta regional inclui os associados de Alfenas e Alpinópolis, porém, de acordo com o representante Carlos Cardoso, tem sido muito difícil reuni-los. “Creio que por causa da idade”, opina, “eles não têm comparecido aos encontros semestrais de confraternização.”

Da mesma forma que todos os assistidos da Real Grandeza, os associados dessas localidades sentiram o achatamento de suas aposentadorias. Cardoso diz que ainda mantém filhos e netos no PLAMES, mas muitos colegas já não conseguem mais suportar esse custo.

“Há muitos aposentados aqui que não se associam para não ter mais um desconto no contracheque, mas eu tento mostrar para eles o que até mesmo esses almoços que fazemos duas vezes por ano custam mais que a soma da contribuição mensal de cada um.”

Ele acredita que tendo mais argumentos dessa natureza, poderia conquistar mais associados. O mandado de segurança que isenta os associados de pagar as Despesas Administrativas da Real Grandeza é um argumento que, na sua visão, poderá motivar os não-associados.

“Vou conversar com esses colegas e tentar comparar com os nossos contracheques com os deles, para ver como abordar essa questão”, finaliza.

Golpes contra aposentados voltam a acontecer.

CUIDADO: Associações e advogados mal-intencionados continuam procurando aposentados e pensionistas (inclusive nossos associados) com propostas de cobrança de direitos que o assistido teria. A abordagem é sempre assim: em algum lugar, você tem direito a um certo dinheiro que só precisa entrar na Justiça para cobrar. Para entrar com a ação, você tem que pagar um X para os advogados.

Algumas vezes, esses golpistas até usam o nome da APÓS-FURNAS, que não oferece esse tipo de serviço.

Ainda em fevereiro, esse tipo de golpe quase fez mais uma vítima entre os associados, que ao perceber a tramóia sustou o pagamento. E agora, os golpistas ameaçam processá-lo por falta de pagamento.

Por isso, é preciso repetir: **não assine nada** sem consultar um dos advogados credenciados da Associação.

E se o assunto envolver a Previdência, marque uma consulta com as técnicas contratadas pela APÓS-FURNAS, que pode ser feita até mesmo por carta.

A APÓS-FURNAS também congrega e representa pensionistas da FRG



Em sua maioria são mulheres, devido ao perfil do quadro funcional de Furnas e da Eletronuclear nas décadas passadas. Engenheiros, operadores, técnicos eram predominantemente homens, até mesmo nos cargos administrativos. As pensionistas (e os pensionistas) da Real Grandeza foram casadas com gente que participou da APÓS-FURNAS. As vitórias que a Associação obteve só foram possíveis porque estas pessoas estavam alinhadas com as lutas empreendidas.

Hoje em dia, parte dessas pessoas não sabe que pode continuar na APÓS-FURNAS, nem sabe o que a Associação lhes oferece.

Não sabe sequer que seus cônjuges, quando ainda estavam associados à entidade, lutavam por um aumento no percentual da Pensão que lhes deixaram.

Qualquer pensionista que receba o benefício da Real Grandeza pode se associar e participar das atividades sociais, como os eventos de confraternização, o coral, os bazares de artesanato, entre outras.

Quem for pensionista também pode solicitar às técnicas previdenciárias contratadas pela Associação para revisar a pensão paga pelo INSS

Além disso, a APÓS-FURNAS realiza regu-

larmente eventos exclusivos de informação e esclarecimento para pensionistas, abordando temas como seus direitos ante o INSS e a Fundação, sobre o PLAMES e sobre as diversas entidades do universo de Furnas que de um modo ou de outro interagem com pensionistas.

A contribuição para participar da APÓS-FURNAS atualmente é de 0,8% da pensão paga pela FRG – o que vai ser usado para proporcionar benefícios para todo o quadro social

Você conhece alguma pensionista da Fundação Real Grandeza? Convide-a para se associar à APÓS-FURNAS.

24/01 – Dia do Aposentado



O 24 de janeiro foi instituído como Dia do Aposentado como referência à Lei Eloy Chaves, promulgada neste mesmo dia, em 1923, que criou a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão do país – a chamada “mãe” da previdência social no Brasil.

Desde a década de 1990, a APÓS-FURNAS comemora o Dia do Aposentado com uma programação que reúne alguns associados que apoiam a Associação.

Este ano, o programa escolhido foi o espetáculo **Raia 30 – O Musical**, no Teatro Casa Grande, no Rio de Janeiro, do qual participaram 300 associados e acompanhantes. Os ingressos foram adquiridos a preços populares, ainda assim os acompanhantes pagaram para assistir.



**ASSOCIADOS E DEPENDENTES ARTESÃOS
– INSCREVAM-SE NO SERVIÇO SOCIAL**

ATUALIZE SEU CADASTRO

Entre em contato com a APÓS-FURNAS e informe seu nome, endereço, telefones e e-mail.
Escreva para: cadastro@aposfurnas.org.br

Você caiu no Buraco Negro?

Revisão do teto nos benefícios concedidos de outubro de 1988 a maio de 1991

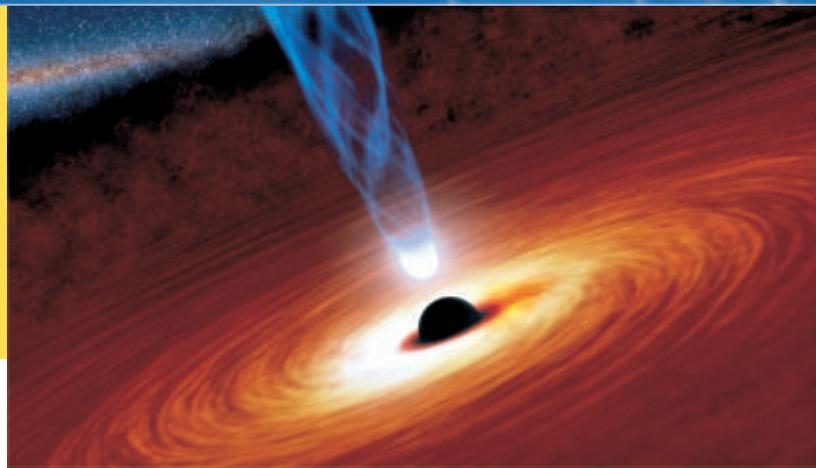


Foto: NASA

O Art. 144 da Plano de Benefícios da Previdência Social - Lei n.º 8213, de 24 de julho de 1991 previa:

“Art. 144 - até 01.06.92, todos os benefícios de prestação continuada concedidos pela previdência social, entre 05.10.88 e 05.04.91, devem ter sua renda mensal inicial recalculada e reajustada, de acordo com as regras estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único - A renda mensal recalculada de acordo com o disposto no caput deste artigo prevalecia até então, não sendo devido, entretanto, o pagamento de quaisquer diferenças decorrentes da aplicação deste artigo referentes às competências de outubro de 1988 a maio de 1992.”

Essa revisão era processada com recálculo dos benefícios – soma 36 últimas contribuições corrigidas mês a mês de onde se calculava a média aritmética simples, resultando desse cálculo o Salário de Benefício, sobre o qual incidia o percentual de tempo de serviço.

Também, a partir da vigência do referido Plano de Benefícios, passou a ser aplicado o “limitador previdenciário” aos benefícios, que incide como elemento redutor do valor final do benefício.

Toda vez que a média das contribuições corrigidas ultrapassavam o valor do teto máximo de contribuição, reduzia-se para

esse teto e aplicava-se o redutor.

Foram reconhecidas perdas na aplicação do redutor através da Lei 8870/94, que devolveu sob a forma de índice a diferença entre o salário real de benefício e o teto máximo de contribuição na data do início do benefício aos benefícios concedidos entre 05/04/1991 e 31/12/1993.

REVISÃO DO TETO

O Supremo Tribunal Federal (STF), permitiu a aplicação do teto aos benefícios concedidos antes da vigência das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003. Uma readequação dos valores percebidos ao novo teto.

Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), sempre que alterado o valor do limitador previdenciário, haverá possibilidade de o segurado adequar o valor de seu benefício ao novo teto constitucional, recuperando o valor perdido em virtude do limitador anterior.

O INSS, através de acordo, procedeu automaticamente à **revisão de alguns benefícios** concedidos a partir de 05.04.1991 em que, necessariamente, tenha havido limitação do salário de benefício ao teto, ou seja, nos benefícios concedidos de forma integral e revistos pela Lei 8.870/94.

Contudo, ficaram de fora os benefícios concedidos no período do Buraco Negro que, após revisão, em alguns casos, tiveram suas rendas iniciais limitadas ao teto.

A readequação de tais benefícios é possível hoje através de ação judicial junto à Justiça Federal com essa finalidade.

Portanto, se você associado teve seu benefício concedido no Período do Buraco Negro entre 05/10/1988 e 05/04/1991, compareça a APÓS-FURNAS munido de sua carta de concessão para que possamos avaliar a possibilidade de readequação de seu benefício aos tetos das Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003 e prestar esclarecimentos sobre a mecânica dessa revisão.

Esse procedimento também se aplica a Pensões por Morte originadas de aposentadorias concedidas no mesmo período em que se observe a mesma limitação na Revisão do Buraco Negro.

**As técnicas previdenciárias contratadas pela APÓS-FURNAS podem orientá-lo quanto a este e outros direitos.
Agendamento: (21) 2528-5024.**

Você também pode ser atendido pelo correio. Envie sua carta de concessão do INSS para a APÓS-FURNAS, para ser analisada pelas técnicas.

NOVOS ASSOCIADOS

Débora Cotias de Oliveira e Wilson Miranda Marinho, do Rio de Janeiro.

Sejam bem-vindos!

VERIFIQUE SEU CONTRACHEQUE

Se alguma vez você ficou sem margem, sua mensalidade não foi recolhida. Procure a APÓS-FURNAS e regularize sua contribuição.

FOTO 3X4

Se você ainda não tem a Carteira de Associado da APÓS-FURNAS, mande uma foto 3x4, com seu nome, matrícula e endereço. Em breve enviaremos a sua Carteira.

Em permanente transformação

Camacho e sua parceira de vida, Silvia Maria

A vida de Roberto Camacho é uma história de transformações. Órfão de pai aos 4 anos, começou a trabalhar aos 10, vendendo jornais, cajá, banana e enrolando motores para ajudar em casa. E ainda criança, já consertava coisas quebradas e fabricava brinquedos com o material que tivesse à disposição.

Entrou em Furnas em 1969 como porteiro na S. José, 90, sob a chefia de Emelino Jardim e depois Alfredo Alves, e fazia plantões na Rio Branco, 151, atendendo o Dr. Cotrim e a D. Teresinha Barros Lins. “Lá, sem conhecer presidente, num dos plantões de sábado, barrei sua entrada no terceiro andar, pois ele não tinha documentos para se identificar. Foi o Sr. Jardim que veio até a sede da empresa para liberar sua entrada. Tomei uma bronca, mas o Dr. Cotrim defendeu minha atitude”.

Camacho, como muitos outros da sua geração, diz que Furnas foi uma segunda mãe, que lhe deu a maioria das chances que teve na vida. E ele soube aproveitar.

“Meus colegas e minha mãe (a primeira, D. Antônia) me incentivaram a estudar, e eu retomei estudos – fiz o Artigo 99. Nessa época, me transferiram para a Real Grandeza, durante as obras de construção do Escritório Central. Ao me formar, fui chamado pelo Hércules Dutra (filho de Benedicto Dutra, que hoje dá nome ao Bloco “C”) para o Departamento de Controle da Propriedade, como auxiliar de escritório. E lá, os colegas me disseram

para estudar Contabilidade. Fiz curso de técnico contábil e passei a assistente de contabilidade. Mas veio o casamento, e isso me levou a fazer o curso superior – pensando na minha carreira na empresa”.

Em 1986, a legislação determinou que para trabalhar em contabilidade tinha que ser Contador. Com sua graduação, Camacho fez uma prova interna em Furnas e assumiu a função. O menino que vendia jornais aposentou-se em 1999, pelo PDV, como Contador em Furnas, graças ao incentivo da família e da empresa.

Nesse tempo todo, Camacho nunca deixou de ser artesão, reciclador, consertador, dançarino – como ele mesmo enumera. Aquelas habilidades da infância só se desenvolveram, e hoje ele expõe suas criações nos bazares de artesanato da APÓS-FURNAS – Bazar das Mães e Bazar de Natal – desde a primeira edição (e em outros bazares, como o da Cecremef). É um dos artesãos mais ativos do grupo: “esses bazares são terapia e arte ao mesmo tempo, que me proporcionam encontrar em Furnas meus antigos colegas,” explica.

Com a companhia permanente da professora e psicóloga aposentada Silvia Maria, hoje a vida de Roberto Camacho

é um mosaico de atividades prazerosas. Silvia também é uma habilidosa artesã, sua parceira na dança de salão, e em atividades de pesquisas alternativas.

“Somos noivos há 25 anos,” afirma (e ela corrige, brincando: “20 anos de namoro; cinco anos de noivado”). Eu tenho minha casa, ela tem a dela, mas fazemos tudo juntos. Viajamos, dançamos, expomos nosso artesanato. Há oito anos estudamos alquimia, florais e temos um grupo de desenvolvimento de plantas medicinais. Lá plantamos e colhemos, e participamos de um grupo de estudo.

Camacho ainda é corredor, fez 19 maratonas e hoje, aos 67 anos, ainda corre 5km e 10km. “Tudo que a gente colhe é fruto do que planta. Tenho a disposição de um jovem, tenho muitos amigos, aposentados de Furnas e ainda na ativa, uma grande mulher minha parceira em tudo na vida, graças ao que plantei no passado”, avalia ele.

E Roberto Camacho continua plantando, transformando, reciclando. Porque a vida está no futuro: tem que ser reinventada a cada dia.



O ELO

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores e não representam, necessariamente, a opinião deste informativo.

Colaboradoras Edilane Espinosa e Rejane Paranhos
Jornalista responsável Guto Rolim MTB 13880
Tiragem 4.000 exemplares



ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE FURNAS

Sede Administrativa Telefones: (21) 2528.5024 | 4477 | 4999 | Fax: 2286.8267
Sede Social Telefone: (21) 2579.3852

www.aposfurnas.org.br • aposfurnas@aposfurnas.org.br

Diretoria Executiva: **Diretor Presidente** Humberto Ferreira da Costa • **Vice-Diretor Presidente** Sergio Pires • **Diretora Social** Ivone Maria Baptista Marçal • **Vice-Diretora Social** Leila Ferreira da Fonseca • **Diretora Financeira** Sonia Maria Félix de Oliveira • **Vice-Diretor Financeiro** Helton Gama de Carvalho • **Diretor Administrativo** Maurílio Fernandes Pessoa • **Vice-Diretor Administrativo** Hélcio Capucci Bastos